



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0305/2024

Processo nº 023-D8TGJ - LACEN  
Pregão nº 989/2023  
ID CidadES /TCE-ES: 2023.500E0500019.02.0945

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestor do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente conforme Portaria Nº 060-R de 08/08/2019, publicado do DIO do dia 09/08/2019 pelo **SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - ORLEI AMARAL CARDOSO**, nomeado conforme Decreto nº 1044-S, de 25.04.2023, publicado do DIO do dia 26/04/2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO - DIVERSOS, conforme Processo nº 2023-D8TGJ**, sob Pregão nº. **989/2023** RESOLVE registrar os preços da **Empresa: COMPAPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP** - inscrita no (CNPJ: **16.789.936/0001-83**), com sede na Endereço: Av.: Rolinha - nº. 32 - Bairro: São Conrado - Galpão 01 E 02 - Município: Cariacica - Cep. 29.141-197 - Estado: E.S. - **Telefone:** (27) 3090-4800 - **E-mail:** licita.comp@gmail.com - neste ato é representada por **ELIZIA MARA LELIS DA SILVA**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

## 1 - DO OBJETO

**1.1** - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO - DIVERSOS** especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- Anexo A - Especificação dos preços;
- Anexo B - Minuta de Ordem de Fornecimento;
- o Edital e todos os seus Anexos;
- a Proposta Comercial da Contratada.

## 2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Núcleo Especial de Contratos e Convênios**

---

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.**

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

**3.6 - A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise dos órgãos de controle, nos termos da legislação correspondente.**

#### **4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Núcleo Especial de Contratos e Convênios**

---

## 5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971, **na Instrução Normativa RFB nº 1.234 (11/01/2012), bem como no Decreto Estadual 5.460-R, de 28/07/2023 (os quais versam sobre a obrigatoriedade de os órgãos públicos efetuarem a retenção de IR).**

**5.5.1 Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais, faturas ou quaisquer outros documentos de cobrança com o destaque do IR na Fonte em observância as regras de retenção do Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012. Havendo ausência de destaque do imposto no documento fiscal, a liquidação de despesa ficará sobrestada até que o fornecedor de bens ou prestado de serviços providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo qualquer ônus a contratante.**

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

## 6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

## 7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrá à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

## 8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até **10** dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

## 9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

9.2 - O objeto será entregue em dias úteis, no horário de 08:00 às 16:00, nos seguintes endereços:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Núcleo Especial de Contratos e Convênios**

**LACEN:** Almoarifado do Laboratório Central de Saúde Pública, situado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29050-625, no horário de 08 às 16 horas.

**CREFES:** Rua Gastão Roubach, s/n, Praia da Costa, Vila Velha-ES, CEP: 29101-020. O horário de recebimento de mercadorias no Almoarifado/CREFES é de segunda a sexta-feira de 08:00 às 17:00h, exceto feriados. Tel.: (27) 3636-2155; E-mail: crefes.setal@saude.es.gov.br.

**HDS:** Av. Euder Scherez de Souza, s/n - Laranjeiras, Serra-ES, CEP: 29175-680, Telefone: (27) 3218-9229/ (27) 3218-9230.

**HESVV:** Av. Anésio José Simões, 76, Bairro: São Torquato, Vila Velha -ES, CEP: 29114-350, Contato: Vanderli Lourenção (Coordenadora de Patrimônio), Tel.: (27) 3246-0940.

**HJSN:** Rua Dr. Hugo Lopes Nalle, nº 319, Centro, Baixo Guandu-ES, CEP: 29730-000, Tel.: (27) 3732-2905 / 3732-2900; E-mail: hjsn.almoarifado@saude.es.gov.br/ hjsn.compras@saude.es.gov.br.

**HPF:** BR 101 - Rodovia do Contorno, km 09, Estrada Cajueiro; Padre Mathias, Cariacica-ES, CEP: 29157-405, Tel.: (27) 3347-5831/ (27) 3347-5832 / (27) 3336-8311, Compras hpf.compras@saude.es.gov.br, Rafael Ferreira Compras/Contratos/Licitações.

**HSJC:** Endereço do Almoarifado geral do HSJC: Rua Vitalino Jose de Lima, 219, Centro, São José do Calçado-ES, CEP: 29470-000, entregas em dias úteis, no horário de 07h às 15h30.

**IDAF:** Avenida Jerônimo Monteiro, nº 1.000, Ed. Trade Center, Loja 01, Centro, CEP: 29010-935, Vitória-ES. Contato: (27) 3636-3762 / 3636-3811 / 3636-3753. (Acesso pela Rua Gov. José Sette). No horário de 8:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados. Contato: Alexandre/Fábio - Subgerência de Administração de Materiais e Serviços (SAMS).

**SEP:** Ed. Av. Governador Bley, R. Eng. Fábio Ruschi, 236, 4º andar, Centro, Vitória-ES, CEP: 29010-150.

**SESP:** Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2355, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP: 29050-626 Contato: (27) 3636-1518/ 1531, E-mail: almoarifado@sesp.es.gov.br.

**SRSSM:** Rodovia Othovarino Duarte Santos, 736, Bairro San Remo, São Mateus-ES, CEP: 29936-600, Horário de entrega: 8h às 17h.

**SRSV:** BR 262, KM 0, Ed. Cristiano Tavares Collins e Ed. Centro de Operações Ferroviária, Jardim América, Cariacica-ES, CEP: 29140-130, Telefone: 3636 -2715 (almoarifado).

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 10 - DA VALIDADE

**10.1** - O objeto deste Registro de Preços terá validade, no mínimo, **75% da vida útil do produto a partir da data de fabricação ou 24 meses**, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

## 11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

(a) entregar o objeto de acordo com as condições e prazos propostos, **na íntegra do edital e seus anexos**, e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da validade;

(b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

(c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Núcleo Especial de Contratos e Convênios**

---

(d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de validade.

(e) **Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.**

**(f) O proponente vencedor deverá fornecer quando solicitado, catálogo com a ficha técnica completa do produto, que deverão ser encaminhados para o e-mail: lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br, num prazo de até 02 dias após solicitação.**

**(g) Os produtos devem ser fornecidos em embalagem que permita seu fracionamento, incluindo a quantidade mínima informada no registro de preços.**

11.2 - Compete à Contratante:

(a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

(b) definir o local para entrega do objeto adquirido;

(c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

## **12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

(d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Núcleo Especial de Contratos e Convênios**

---

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente (**mediante assinatura de contrafé**), por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail fornecido pelo licitante no ato da assinatura do contrato ou, na inexistência dele, por aquele que constar de seus cadastros perante a Administração ou em documentos fornecidos pela licitante, contendo no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

### **13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA**

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

### **14 - DA RESCISÃO**

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

### **15 - DOS ADITAMENTOS**

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

### **16 - DOS RECURSOS**

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

### **17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo LACEN, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

---

**Gestor:** Rodrigo Ribeiro Rodrigues, matrícula 3770982, Função: Coordenador Geral do LACEN, Tel.:(27)3636-8409, e-mail: [lacen@saude.es.gov.br](mailto:lacen@saude.es.gov.br).

**Fiscal:** Renan Vasconcelos Santos, matrícula 3547515, Função: Chefe do Núcleo de Produtos/LACEN, Tel.:(27)3636-8400, e-mail: [lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br](mailto:lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br).

**Fiscal:** Luziane Fejoli dos Reis, matrícula 3193667, Função: Técnico em laboratório, e-mail: [lacen.fisicoquimica@saude.es.gov.br](mailto:lacen.fisicoquimica@saude.es.gov.br), Tel. (27) 3636-8402.

## 18 - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro do juízo de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidos administrativamente.

18.2 - **Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.**

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

---

**ORLEI AMARAL CARDOSO**  
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
CONTRATANTE

---

**ELIZIA MARA LELIS DA SILVA**  
COMPAPPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – EPP  
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO - DIVERSOS conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
12	132392	1	PAPEL TOALHA DESCARTAVEL; FINALIDADE: USO LABORATORIAL NOS PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA DE VIDRARIA; INTERFOLHAS; COR: BRANCO; TAMANHO: APROXIMADAMENTE 20 X 21 CM; TIPO: ABSORVENTE, CREPADO; DOBRAS: DOBRADO AO MEIO; COMPOSICAO: 100% FIBRA VIRGEM DE CELULOSE; GRAMATURA: APROXIMADAMENTE 19 A 21 G/M2; RESISTENCIA UMIDA: APROXIMADAMENTE 0,10 A 0,18 KN/M; UNIDADE DE MEDIDA: FOLHAS	FOLHA	3400000

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro, estabelecido acima, importará em desclassificação do licitante, **após a fase de lances.**

1.3 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.4 - CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM

1.5 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

- (a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- (b) definir o local para entrega do objeto adquirido;
- (c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

2.2 - São obrigações da CONTRATADA:

- (a) entregar o objeto de acordo com as condições e prazos propostos, na íntegra do edital e seus anexos, e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da validade;
- (b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- (c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- (d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de validade.
- (e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- (f) O proponente vencedor deverá fornecer quando solicitado, catálogo com a ficha técnica completa do produto, que deverão ser encaminhados para o e-mail: lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br, num prazo de até 02 dias após solicitação.
- (g) Os produtos devem ser fornecidos em embalagem que permita seu fracionamento, incluindo a quantidade mínima informada no registro de preços.

### 3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lote acima descrito**.

A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Detalhamento do Objeto**.

O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens **3.1 a 3.3**;

Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item **3.1**;

Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

### 5.0. DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

## 5 - DETALHAMENTO DO OBJETO

### 5.1. QUADRO RESUMO

<b>5.1.01 Título e Objetivo Geral:</b>	Aquisição de materiais de consumo diversos destinados a fornecer suporte aos procedimentos das laboratoriais no LACEN e outros órgãos da Administração Pública.
<b>5.1.02 Delimitação do Objeto a ser licitado:</b>	Aquisição de materiais diversos destinadas a fornecer suporte aos procedimentos laboratoriais no LACEN e outros órgãos da Administração Pública, conforme especificações e requisitos descritos no Termo de Referência.
<b>5.1.03 Modalidade de Licitação e Base Legal:</b>	<b>Registro de preços (Pregão Eletrônico)</b> conforme a Lei nº 10.520/2002 e Lei de Licitações e Contrato nº 8.666/93.
<b>5.1.04 Estimativa de custos global (inciso II, §2º, art. 40, Lei 8.666/93):</b>	<b>R\$ 34.000,00</b> (Trinta e quatro mil reais)
<b>5.1.05 Prazo estipulado de vigência contratual:</b>	O prazo de vigência da ata terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

	duração de 12 (doze) meses, vedada a prorrogação.
<b>5.1.06 Informação Orçamentária:</b>	Programa de Trabalho: 20.44.901.10.305.0047.2961 Elemento de Despesa: 339030 Fonte: Bloco Custeio Federal 1600000000
<b>5.1.07 Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização:</b>	LACEN / Núcleo de Produtos

### 5.2 DA JUSTIFICATIVA

Ata de registro de preços para aquisição de materiais de consumo diversos, destinados a fornecer suporte aos procedimentos laboratoriais no LACEN e outros órgãos da Administração Pública, de acordo com as especificações, requisitos e condições de fornecimento descritas no Termo de Referência.

A aquisição do material de consumo é necessária para atendimento aos setores do LACEN, no auxílio às atividades da rotina laboratorial, bem como às demandas de outros órgãos da Administração Pública: Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo (CREFES), Hospital Dório Silva (HDS), Hospital Estadual de Vila Velha (HESVV), Hospital João dos Santos Neves (HJSN), Hospital Pedro Fontes (HPF), Hospital de São José do Calçado (HSJC), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), Superintendência Regional de Saúde de São Mateus (SRSSM) e Superintendência Regional de Saúde de Vitória (RSV).

Os materiais tem utilidades diversas, tais como esponja para uso na limpeza de equipamentos e vidrarias; sacolas plásticas para embalagem de tubos, placas, frascos de amostras; papel alumínio para preparo de vidraria para esterilização, barreira de luz em material sensível para análise, papel manteiga para pesagem de insumos, filme PVC para proteção de meios de cultura em placas de Petri, lenço de papel para limpeza de instrumentos delicados e ópticos, assadeiras para homogeneização de amostras, sabonete líquido para higienização das mãos durante os procedimentos das análises laboratoriais e papel toalha para secagem de vidrarias e das mãos durante as atividades.

O quantitativo solicitado está previsto para atender demanda de um período de 12 meses.

Informação relacionada à última compra:

Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 12 – **Processo 2022-DL4M5**

Lotes 09, 10 e 11 – itens fracassados no **Processo 2023-3L5VR**

### 5.3 DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

#### Lote 12

ITEM	CÓD. SIGA	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNID.	CREFE S	HDS	HESVV	HJSN	HPF	HSJC	IDAF	SEP	LACEN	SESP	SRSSM	SRSV
01	132392	<b>PAPEL TOALHA DESCARTAVEL;</b> FINALIDADE: USO LABORATORIAL NOS PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA DE VIDRARIA; INTERFOLHAS; COR: BRANCO; TAMANHO: APROXIMADAMENTE	UNIDADE	0	0	0	0	0	0	2.500.000	0	900.000	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

	TE 20 X 21 CM; TIPO: ABSORVENTE, CREPADO; DOBRAS: DOBRADO AO MEIO; COMPOSICAO: 100% FIBRA VIRGEM DE CELULOSE; GRAMATURA: APROXIMADAMEN TE 19 A 21 G/M2; RESISTENCIA UMIDA: APROXIMADAMEN TE 0,10 A 0,18 KN/M; UNIDADE DE MEDIDA: FOLHAS																			
TOTAL										3.400.000										

#### 5.4 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

**5.4.1 Atestado de capacidade técnica** que comprove que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, o objeto desta licitação. A comprovação deverá ser realizada por meio de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador.

#### 5.5 DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

A execução do contrato será acompanhada pelos servidores designados representantes da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverão atestar a execução do objeto contratado, observadas às disposições do Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

#### 5.6 DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de depósito, creditado em conta corrente, mediante nota fiscal / fatura emitida em 02 (duas) vias e devidamente atestada. O pagamento será efetuado somente após a comprovação da regularidade fiscal, vedada a antecipação.

#### 5.7 DO PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA, VALIDADE E GARANTIA

##### 5.7.1 PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

5.7.1.1 A entrega dos itens deverá ser feita no prazo de até **15 (quinze) dias** após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.7.1.2 A entrega dos itens solicitados será realizada no endereço abaixo:

**LACEN:** Almoxarifado do Laboratório Central de Saúde Pública, situado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29050-625, no horário de 08 às 16 horas.

**CREFES:** Rua Gastão Roubach, s/n, Praia da Costa, Vila Velha-ES, CEP: 29101-020. O horário de recebimento de mercadorias no Almoxarifado/CREFES é de segunda a sexta-feira de 08:00 às 17:00h, exceto feriados. Tel.: (27) 3636-2155; E-mail: [crefes.setal@saude.es.gov.br](mailto:crefes.setal@saude.es.gov.br).

**HDS:** Av. Euder Scherez de Souza, s/n - Laranjeiras, Serra-ES, CEP: 29175-680, Telefone: (27) 3218-9229/ (27) 3218-9230.

**HESVV:** Av. Anésio José Simões, 76, Bairro: São Torquato, Vila Velha -ES, CEP: 29114-350, Contato: Vanderli Lourenção (Coordenadora de Patrimônio), Tel.: (27) 3246-0940.

**HJSN:** Rua Dr. Hugo Lopes Nalle, nº 319, Centro, Baixo Guandu-ES, CEP: 29730-000, Tel.: (27) 3732-2905 / 3732-2900; E-mail: [hjsn.almoxarifado@saude.es.gov.br](mailto:hjsn.almoxarifado@saude.es.gov.br)/ [hjsn.compras@saude.es.gov.br](mailto:hjsn.compras@saude.es.gov.br).



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Núcleo Especial de Contratos e Convênios**

**HPF:** BR 101 – Rodovia do Contorno, km 09, Estrada Cajueiro; Padre Mathias, Cariacica-ES, CEP: 29157-405, Tel.: (27) 3347-5831/ (27) 3347-5832 / (27) 3336-8311, Compras [hpf.compras@saude.es.gov.br](mailto:hpf.compras@saude.es.gov.br), Rafael Ferreira Compras/Contratos/Licitações.

**HSJC:** Endereço do Almoxarifado geral do HSJC: Rua Vitalino Jose de Lima, 219, Centro, São José do Calçado-ES, CEP: 29470-000, entregas em dias úteis, no horário de 07h às 15h30.

**IDAF:** Avenida Jerônimo Monteiro, nº 1.000, Ed. Trade Center, Loja 01, Centro, CEP: 29010-935, Vitória-ES. Contato: (27) 3636-3762 / 3636-3811 / 3636-3753. (Acesso pela Rua Gov. José Sette). No horário de 8:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto feriados. Contato: Alexandre/Fábio - Subgerência de Administração de Materiais e Serviços (SAMS).

**SEP:** Ed. Av. Governador Bley, R. Eng. Fábio Ruschi, 236, 4º andar, Centro, Vitória-ES, CEP: 29010-150.

**SESP:** Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2355, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP: 29050-626 Contato: (27) 3636-1518/ 1531, E-mail: [almoxarifado@sesp.es.gov.br](mailto:almoxarifado@sesp.es.gov.br).

**SRSSM:** Rodovia Othovarino Duarte Santos, 736, Bairro San Remo, São Mateus-ES, CEP: 29936-600, Horário de entrega: 8h às 17h.

**SRSV:** BR 262, KM 0, Ed. Cristiano Tavares Collins e Ed. Centro de Operações Ferroviária, Jardim América, Cariacica-ES, CEP: 29140-130, Telefone: 3636 -2715 (almoxarifado).

### 5.7.2 DO PRAZO DE VALIDADE

**5.7.2.1** Quando aplicável, o prazo de validade deverá ser de no **mínimo 75% da vida útil do produto a partir da data de fabricação ou 24 meses**.

### 5.7.3 DO PRAZO DE GARANTIA

**5.7.3.1** Produto não conforme será devolvido e deverá ser substituído por outro, num prazo de 15 dias após comunicação. Os materiais deverão estar em sua embalagem original, contendo código do fabricante.

## 5.8 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE AMOSTRA

Encerrada a etapa de classificação das propostas, conjuntamente com a solicitação dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou a CPL convocará o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, enviar 01 (uma) unidade do produto **do Lote 08 (caneta marcadora)** para teste. A amostra deverá ser encaminhada à Central de Material Esterilizado (CME) do LACEN, à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025, Bento Ferreira, CEP 29050-625, Vitória - ES, sem ônus para a SESA/LACEN, em sua embalagem original, em perfeitas condições de uso, além de devidamente embalada e lacrada. O material deverá ser da mesma marca indicada na proposta vencedora.

A amostra será avaliada pela área técnica do LACEN a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência. A amostra será testada de acordo com a finalidade de seu uso: em pacotes de autoclavagem a vapor a 121 °C por 30 minutos.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

A decisão que aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado e será divulgada aos licitantes.

Quando enviadas por via postal, o prazo de entrega será considerado a data de postagem das amostras.

Poder-se-á apreciar os documentos de habilitação previamente à análise da amostra, decidindo-se pela habilitação ou não habilitação do licitante antes do resultado dos testes, por razões de economicidade e celeridade.

Após a divulgação do resultado final da licitação, a amostra entregue – mesmo se utilizada ou imprestável - deverá ser recolhida pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

## DA VIGÊNCIA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO SIMILAR

A vigência do contrato a ser firmado terá início no dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e terá a duração de 12 (doze) meses, vedada a prorrogação.

## 5.10 DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO FORNECIMENTO

5.10.1. A vencedora deve fornecer os materiais com observância do estabelecido nas especificações e condições de fornecimento deste Termo de Referência;

5.10.2. Na proposta comercial, deverá constar a marca, especificação e o código de catálogo do fabricante com as informações técnicas completas para identificação do produto ofertado;

5.10.3. O proponente vencedor deverá fornecer quando solicitado, catálogo com a ficha técnica completa do produto, que deverão ser encaminhados para o e-mail: [lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br](mailto:lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br), num prazo de até 02 dias após solicitação.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria de Estado da Saúde*  
*Núcleo Especial de Contratos e Convênios*

5.10.4. Os produtos devem ser fornecidos em embalagem que permita seu fracionamento, incluindo a quantidade mínima informada no registro de preços.

**5.11 APROVAÇÕES**

Equipe Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

**Marcia Brandão**

Farmacêutica do Núcleo de Produtos do LACEN

**Renan Vasconcelos Santos**

Chefe do Núcleo de Produtos do LACEN

**Rodrigo Ribeiro Rodrigues**

Coordenador Geral do LACEN

**Juliano Mosa Mação**

Gerente da Vigilância em Saúde



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0305/2024

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 0305/2024**, celebrada entre a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Nº 989/2023**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
12	132392	1	PAPEL TOALHA DESCARTAVEL; FINALIDADE: USO LABORATORIAL NOS PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA DE VIDRARIA; INTERFOLHAS; COR: BRANCO; TAMANHO: APROXIMADAMENTE 20 X 21 CM; TIPO: ABSORVENTE, CREPADO; DOBRAS: DOBRADO AO MEIO; COMPOSICAO: 100% FIBRA VIRGEM DE CELULOSE; GRAMATURA: APROXIMADAMENTE 19 A 21 G/M2; RESISTENCIA UMIDA: APROXIMADAMENTE 0,10 A 0,18 KN/M; UNIDADE DE MEDIDA: FOLHAS. <b>MARCA: COMPAPPEL</b>	FOLHA	3400000	0,0100	34.000,00

VALOR TOTAL.....R\$ 34.000,00

**REPRESENTANTE: COMPAPPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – EPP** - inscrita no (CNPJ: **16.789.936/0001-83**), com sede na Endereço: Av.: Rolinha – nº. 32 - Bairro: São Conrado – Galpão 01 E 02 - Município: Cariacica - Cep. 29.141-197 - Estado: E.S. – **Telefone:** (27) 3090-4800 - **E-mail:** licita.comp@gmail.com - neste ato é representada por **ELIZIA MARA LELIS DA SILVA**.

## ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**ORLEI AMARAL CARDOSO**  
SUBSECRETARIO ESTADO  
SSVS - SESA - GOVES  
assinado em 08/03/2024 13:55:53 -03:00

**ELIZIA MARA LELIS DA SILVA**  
CIDADÃO  
assinado em 08/03/2024 14:58:39 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/03/2024 10:46:45 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVIÇO II - NECV - SESA - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-TCFG2P>

**EMPRESA:** DELF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
**CNPJ:** 05.922.826/0001-21  
**LOTE:** 02  
**OBJETO:** CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFERICO  
**VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 29.225,00**  
**VIGÊNCIA:** 14/03/2024 a 13/03/2025  
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço: [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).  
**JOSÉ TADEU MARINO**  
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
**Protocolo 1281437**

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ARP Nº** 0305/2024  
**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 023-D8TGJ - LACEN  
**EMPRESA:** COMPAPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP  
**CNPJ:** 16.789.936/0001-83  
**EDITAL: PREGÃO nº** 989/2023  
**LOTE:** 12  
**OBJETO:** PAPEL TOALHA DESCARTAVEL  
**VALOR GLOBAL DO LOTE: 34.000,00**

**VIGÊNCIA:** 14/03/2024 a 13/03/2025  
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço: [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).

**ORLEI AMARAL CARDOSO**  
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
**Protocolo 1281459**

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ARP Nº** 0304/2024  
**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 023-D8TGJ - LACEN  
**EMPRESA:** ISLIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA  
**CNPJ:** 45.149.907/0001-55  
**EDITAL: PREGÃO nº** 989/2023  
**LOTE:** 2,3,5,7  
**OBJETO:** SACOLA 23 CM LARGURA X 38 CM, SACOLA TAMANHO: 40X60, PLÁSTICO TIPO FILME PVC 30cm, ENCO DE PAPEL; TIPO FOLHA: FOLHA DUPLA 14,8 cm.  
**VALOR GLOBAL DO LOTE: 170.574,98**

**VIGÊNCIA:** 14/03/2024 a 13/03/2025  
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço: [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).

**ORLEI AMARAL CARDOSO**  
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
**Protocolo 1281461**

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ARP Nº** 0303/2024  
**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 023-D8TGJ - LACEN

**EMPRESA:** L2 COMERCIAL LTDA ME  
**CNPJ:** 24.971.121/0001-49  
**EDITAL: PREGÃO nº** 989/2023  
**LOTE:** 1,4,6,8,9,10,11  
**OBJETO:** ESPONJA PARA LIMPEZA, PAPEL ALUMINIO, PAPEL MANTEIGA, CANETA MARCADOR, ASSADEIRA CAPACIDADE: 4 L, ASSADEIRA CAPACIDADE: 3,2 L, ASSADEIRA CAPACIDADE: 2,4 L.  
**VALOR GLOBAL DO LOTE: 10.436,10**

**VIGÊNCIA:** 14/03/2024 a 13/03/2025  
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço: [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).

**ORLEI AMARAL CARDOSO**  
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
**Protocolo 1281462**

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ARP Nº** 0307/2024  
**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2023-Z575V  
**EMPRESA:** DL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI  
**CNPJ:** 31.556.536/0001-11  
**EDITAL: PREGÃO nº** 824/2023  
**LOTE:** 3  
**OBJETO:** ERITROPOETINA RECOMBINANTE HUMANA 10.000UI  
**VALOR GLOBAL DO LOTE: 770.000,00**

**VIGÊNCIA:** 14/03/2024 a 13/03/2025  
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço: [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).

**JOSÉ TADEU MARINO**  
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
**Protocolo 1281465**

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ARP Nº** 0250/2024  
**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2023-N9R7M  
**EDITAL: PREGÃO nº** 337/2023 - GEAF/NEGEP  
**EMPRESA:** KYLIMP HOSPITALAR LTDA ME  
**CNPJ:** 21.699.583/0001-60  
**LOTE:** 03  
**OBJETO:** CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFERICO  
**VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 172.722,00**  
**VIGÊNCIA:** 14/03/2024 a 13/03/2025

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço: [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).  
**JOSÉ TADEU MARINO**  
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
**Protocolo 1281466**

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ARP Nº** 0251/2024  
**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2023-N9R7M





**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 13/03/2024 10:44:21 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVIÇO II - NECV - SESA - GOVES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-XZ6ZXW>

Vitória (ES), sexta-feira, 15 de Março de 2024.

PACIENTES; TIPOS DE RISCOS

**Valor global do lote:** R\$ 3.199,20**Lote 35****OBJETO:** ROTULO DE SORO - SAS 022**Valor global do lote:** R\$ 6.360,00**Lote 40****OBJETO:** PRESCRICAO MEDICA**Valor global do lote:** R\$ 9.553,50**Lote 41****OBJETO:** COMISSAO DE CONTROLE INFECÇÃO HOSPITALAR**Valor global do lote:** R\$ 5.286,00**Lote 45****OBJETO:** PRESCRICAO DE NUTRICAO PARENTERAL**Valor global do lote:** R\$ 2.898,00**Lote 52****OBJETO:** BLOCO DE FORMULARIO DEREQUISICAO DE VEICULOS-SAF 027**Valor global do lote:** R\$ 2.271,50**Lote 57****OBJETO:** FORMULARIO ORIENTACOES FONOAUDIOLOGICA DE ALTA PARA FRENECTOMIA E EXODONTIA**Valor global do lote:** R\$ 3.109,05**VIGÊNCIA:** 16/03/2024 A 15/03/2025A íntegra da ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).**Responsável pela assinatura:** MÁRCIA CRAVO MACHADO**Cargo:** Diretora Geral - UIJM**Protocolo 1284042****(\*) ERRATA - PROTOCOLO: 1281462****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0303/2024****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PREGÃO:** Nº.989/2023**EMPRESA:** L2 COMERCIAL LTDA ME**CNPJ:** 24.971.121/0001-49**VALOR TOTAL:** 10.436,10**OBJETO:** ESPONJA PARA LIMPEZA, PAPEL ALUMINIO, PAPEL MANTEIGA, CANETA MARCADOR, ASSADEIRA CAPACIDADE: 4 L, ASSADEIRA CAPACIDADE: 3,2 L, ASSADEIRA CAPACIDADE: 2,4 L**ONDE SE LÊ:**

LOTE: 1,4,6,8,9,10,11

**PROCESSO:** 023-D8TGJ**LEIA - SE:**

LOTE: 1,4,6,8,9,10,11

**PROCESSO:** 2023-D8TGJ**(\*)** Republicada por ter sido produzida com incorreção**ORLEI AMARAL CARDOSO**

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**Protocolo 1283348****(\*) ERRATA - PROTOCOLO: 1281461****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0304/2024****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PREGÃO:** Nº.989/2023**EMPRESA:** ISLIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**CNPJ:** 45.149.907/0001-55**VALOR TOTAL:** 170.574,98**OBJETO:** SACOLA 23 CM LARGURA X 38 CM, SACOLA TAMANHO: 40X60, PLASTICO TIPO FILMÉ PVC 30cm, LENCO DE PAPEL; TIPO FOLHA: FOLHA DUPLA 14,8 cm.**ONDE SE LÊ:**

LOTE: 2,3,5,7

**PROCESSO:** 023-D8TGJ**LEIA - SE:**

LOTE: 2,3,5,7

**PROCESSO:** 2023-D8TGJ**(\*)** Republicada por ter sido produzida com incorreção**ORLEI AMARAL CARDOSO**

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**Protocolo 1283350****(\*) ERRATA - PROTOCOLO: 1281459****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0305/2024****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PREGÃO:** Nº.989/2023**EMPRESA:** COMPAPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**CNPJ:** 16.789.936/0001-83**VALOR TOTAL:** 34.000,00**OBJETO:** PAPEL TOALHA DESCARTAVEL**ONDE SE LÊ:**

LOTE: 12

**PROCESSO:** 023-D8TGJ**LEIA - SE:**

LOTE: 12

**PROCESSO:** 2023-D8TGJ**(\*)** Republicada por ter sido produzida com incorreção**ORLEI AMARAL CARDOSO**

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**Protocolo 1283353****Hospitais****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Pregão eletrônico Nº 088/2023

Órgão/Entidade: HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO/HESJC

Processo: 2023-KJ8N7

ID CIDADES TCEES Nº

2023.500E1900012.01.0035

Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA PRESTÃO SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA

Lote Único: FRACASSADO

Contato: [hsjc.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hsjc.pregao@saude.es.gov.br) Telefone: (28) 3556-2828

Maria da Conceição Gomes Félix

Pregoeira Oficial/HESJC

São José do Calçado, 14/03/2024

**Protocolo 1283684****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 0038/2023****Órgão/Entidade:** Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silveiras/HRAS



#### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/03/2024 09:49:27 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVIÇO II - NECV - SESA - GOVES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-41X2V5>